

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
CONSELHO SUPERIOR

Reunião extraordinária de 01/03/2017

Ata 02/2017

1 No primeiro dia de março de 2017, na Sala dos Conselhos da Reitoria, o Conselho Superior do
2 IFSul reuniu-se em caráter extraordinário, sob a presidência do reitor Marcelo Bender Machado,
3 para submeter à apreciação o **Regulamento do processo de escolha do reitor e de diretores-**
4 **gerais de câmpus, alterado pela COE, a partir na Nota PF/IFSul nº 0073/2017.** Presentes Janete
5 Otte, Ana Maria Geller, Marilvana Giacomelli Tavares, Maurício dos Santos, César Alberto Ruver,
6 Carlos Alberto Soares da Silva, Marilice Chapper, Emanuel Marques Queiroga, Osni da Costa
7 Rodrigues, Geraldo Dias Barbosa, Pablo Machado Mendes, Emerson da Rosa Rodrigues, Leticia
8 Rehbein Jeske, Marco Antônio Vaz, Roberta Bermudes dos Santos Silva, Eduardo Ricardo Fleitas
9 Alzamendi, Giulia D'Ávila Vieira, Leticia Santos da Silva, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal,
10 Bruna de Oliveira Farias, Cristian Oliveira da Conceição, Fabrício Luis Haas, Gisele Schweickardt
11 Schweickardt, Rafael Blank Leitzke, Milton Britto de Almeida, Maria Regina Rosa Lima, Daiani
12 Nogueira Luche, Silvia Elena Koth Sedrez, Diego Afonso da Silva Lima, Marcos Roberto Prietto
13 Schwants, Patrick Lima da Silva, Carlos Wurzel, Marlise Sozio Vitcel, Gelson Luis Peter Correa,
14 Mauro Castro Martin, Voldinei Vargas da Costa, Carla Cristiane Martins Vianna, Flávia Katrein da
15 Costa, Cláudia Redecker Schwabe, Claire Gomes dos Santos, Helena Miranda da Silva Araujo,
16 Henrique Ziglia Maia, Fabiane Rediess, Alessandro de Souza Lima, Fernando Jassin Gutierrez,
17 Jeferson da Silva da Silva, Everton Lima Horst, Alexandre Macedo Pereira, Aline Gonçalves,
18 André Capellão de Paula, Rafael Ávila, Rafael Rodrigues Bastos, Gustavo Fabro de Azevedo,
19 Evandro Eckert. Justificaram o não comparecimento os conselheiros Fernando Alves Alderette,
20 Renato Louzada Meireles, Ademir Dorneles de Dorneles, Guilherme da Silva Aguiar, Miguel
21 Angelo Pereira Dinis, Ana Paula Vaz Albano, Alexandre Pitol Boeira, Edimara Luciana Sartori,
22 Silvana Lurdes Maschio, Gláucia Carine Tasso dos Santos, Juliano Poleze, Almir Menegaz, Renan
23 Garcia Nunes, Luciana Neves Loponte, Erico de Avila Madruga, Ana Luiza Wickboldt Schneider,
24 Moisés Beck, Melissa Heberle, Michele Roos Marchesan. O presidente saudou os presentes e
25 passou a palavra aos representantes da COE, para a condução do trabalho. O presidente da COE
26 começou falando sobre o parecer da procuradoria; disse que a partir do parecer a comissão se
27 reuniu para fazer alterações nos pontos onde havia sugestões do procurador e que esses artigos
28 serão apresentados a seguir. No artigo 11, incisos 1, 2 e 3, a sugestão do procurador foi de que
29 se mantivesse o texto da Lei. O presidente Marcelo Bender perguntou se os conselheiros
30 concordavam com o parecer da procuradoria, com o que houve concordância. Outro ponto do
31 parecer da procuradoria foi sobre a publicação de recursos, que a comissão inclui no artigo 18.
32 A conselheira Flávia Costa colocou que o regulamento diz que a COE fará a publicação, mas isso
33 não é de sua competência, tendo que ser reescrito explicitando que a COE encaminhará o texto
34 para publicação, tendo sido aceita pelos conselheiros a retificação em todos os artigos que
35 tratam de publicação de documentos. Acatando o parecer, foi incluída no artigo 22, a fixação
36 nos prédios do IFSul e divulgação no site oficial, da divulgação dos resultados da consulta à
37 comunidade, após recursos. O presidente da COE explicou que, considerando o parecer da
38 procuradoria sobre calendário, e também o fato de o dia 28 ser feriado em Charqueadas, foi
39 elaborado novo calendário obedecendo os novos prazos, que está sendo apresentado. O
40 conselheiro Rafael Leitzke perguntou se em 8 de março a campanha começa logo após a reunião
41 ou se no dia seguinte. O presidente da COE respondeu que o regulamento prevê ser logo após
42 a reunião. O presidente da COE, respondendo ao conselheiro Marco Vaz sobre o parecer da

43 procuradoria sobre prazo específico, disse que a COE entende que o processo pode ser
44 interrompido em qualquer ponto, então o assunto fica nos casos omissos, nem foi colocada no
45 regulamento. O conselheiro Osni Rodrigues disse que então a orientação da procuradoria de
46 estabelecer prazo específico para impugnação do edital não foi acatada. O presidente da COE
47 disse que de certa forma sim, mas pode ser incluído um artigo ao final, se o Conselho achar
48 necessário. O conselheiro Osni Rodrigues disse entender que o princípio do contraditório numa
49 defesa deve ser bem explícito, que deixar como caso omissos parece insuficiente. O
50 representante da COE, Alexandre Pereira, disse que temos problema de tempo e colocar mais
51 um prazo vai esmagar um turno, pois enxugar os prazos e atender à sugestão da procuradoria,
52 tomou mais tempo, por isso definiram por incluir a sugestão nos casos omissos; concorda que o
53 contraditório deve estar explícito, mas estariam comprometendo o pleito. O presidente da COE
54 explicou que estudaram regulamentos de outras instituições e nenhum prevê. O presidente
55 Marcelo Bender disse que havendo uma judicialização, as pessoas que se inscreveram, se
56 tiveram prazo para impugnação das suas candidaturas, esse espaço temporal e esse espaço
57 recursal, numa futura defesa já seria o elemento que faria com que o argumento de que não
58 teve espaço de impugnação do edital ou de recurso do edital fosse por água abaixo porque no
59 momento que se inscreveu, aceitou. Na perspectiva da defesa parece que esse espaço na
60 judicialização já seria uma defesa. O conselheiro Marco Vaz disse que quando se coloca no início
61 um prazo de impugnação ao regulamento já se esgotam todas as possibilidades de
62 questionamento deste regulamento durante todo o processo; isso, às vezes, acelera o prazo do
63 processo, porque pode ser questionado diversas vezes no prazo estabelecido. O representante
64 da COE disse que se alguém quiser judicializar, não será o regulamento que vai impedir; que a
65 prioridade da comissão foi garantir o processo democrático que o conselho tanto prezou,
66 garantindo prazo maior para divulgação das propostas e debates. O presidente Marcelo Bender
67 submeteu as duas propostas em relação ao tempo de recurso à votação: a primeira, da COE, que
68 não se colocaria mais prazo de recurso devido à exiguidade de tempo do processo; a segunda,
69 do conselheiro Marco Vaz de que esse tempo seria interessante, seguindo o parecer do
70 procurador. A primeira proposta foi aprovada, com 33 votos favoráveis, 3 contrários e 1
71 abstenção. O presidente colocou em votação a proposta de calendário de eleições apresentado,
72 aprovado por unanimidade. O presidente disse que vê uma contrariedade no artigo 34,
73 parágrafo 7º, com relação ao artigo 45. Neste, diz que é permitida a manifestação individual,
74 eletrônica, o uso de camisetas, broches e adesivos, enquanto no 34 diz que é proibido, sob
75 qualquer pretexto, a distribuição de camiseta, bonés, chaveiros, qualquer tempo de brinde
76 durante o período eleitoral. Perguntou se a camiseta é permitida se for dada, se for vendida; se
77 camiseta, *botton* é brinde eleitoral. O conselheiro Fabrício Haas explicou que embora os textos
78 sejam muito parecidos, tratam de coisas diferentes, num artigo é como compra de votos, no
79 outro diz que eu posso fazer uma camiseta do meu candidato, pintar, fazer um *botton* e ir votar;
80 é o direito do eleitor fazer isso; quando distribuo o material para ganhar o voto é outra questão.
81 A intenção é garantir que no dia da eleição o eleitor possa se posicionar. São coisas diferentes
82 com uma redação parecida. O presidente Marcelo Bender disse que se preocupa principalmente
83 com o artigo 34, pois como nas outras campanhas, camisetas e principalmente *botton*, adesivo,
84 a pessoa tem, lá no espaço reservado ao candidato para sua plataforma de campanha, folder e
85 adesivo e, na hora do recreio alguém está lá distribuindo esse adesivo, isso é impedido? Isso
86 historicamente se faz e é a sua contrariedade em relação 34. Caso isso seja impedido, vamos
87 estar mudando uma história de campanhas que a gente faz; mas em que momentos isso é
88 impedido? A questão é regradar onde há o impedimento. A conselheira Marilice Chapper entende
89 que não veria a distribuição de adesivo ou *botton* como brinde, que brinde é algo utilizável, um
90 boné, uma camiseta, uma caneta. A conselheira Regina Lima perguntou se o artigo impediria

91 que o candidato usasse camiseta de sua campanha, os outros itens devem estar livres na mesa
92 do candidato, no espaço que lhe é destinado, para quem quiser pegar. O conselheiro Milton
93 Almeida manifestou a mesma preocupação porque na reunião anterior foi discutido de que
94 forma a COE ou as COEs poderiam fiscalizar o desempenho no desenvolvimento das campanhas;
95 se deixarmos do jeito que estão esses dois artigos fica muito difícil para as COEs identificarem o
96 que é e o que não é distribuição porque qualquer um que seja partidário de um ou outro
97 candidato poderá mandar fazer sim camiseta, broche, boné e usar; e quem vai garantir que não
98 foi financiado, que não foi distribuído; como controlar e finalizar isso. O conselheiro Marco Vaz
99 perguntou se a intenção da COE era evitar a distribuição em ambientes institucionais ou a
100 distribuição em qualquer outro tipo de ambiente; que lhe pareceu ser nos ambientes
101 institucionais, câmpus, reitoria. O representante da COE disse que quando debateram
102 inicialmente a questão, foi baseado no regulamento anterior e é para dar à eleição um caráter
103 mais de conteúdo e menos de rótulo, mas esses itens já foram discutidos no Conselho, que
104 inclusive alterou a permissão para o uso de camisetas. A conselheira Marlise Vitcel disse que se
105 poderia trabalhar com dois materiais, então talvez se tirasse as camisetas do 34, considerando-
106 as como identificação do candidato e proibisse brindes. O conselheiro Fabian Carbajal disse que
107 precisam ser definidos quais os materiais de propaganda permitidos, pois ficaria mais claro e
108 evitaria ambiguidades; proibir a distribuição de todo tipo de material que não camisetas,
109 adesivos, fôlderes e broches. O conselheiro Eduardo Alzamendi disse que a camiseta poderia ser
110 permitida como propaganda até 24 horas antes. O presidente Marcelo Bender disse que
111 primeiro é preciso definir se a camiseta será permitida. O membro da COE Alexandre diz que um
112 artigo diz por que e diz durante todo o processo e o outro o que é boca de urna e até onde se
113 pode ou não fazer a utilização de tal coisa. Um, fala sobre o uso econômico e fazer valer frente
114 ao que não tem; o outro foi discutido até como financiamento de campanha; quando chega na
115 boca de urna entra a questão do que é a boca de urna e até onde se poderia proibir essa
116 manifestação. Não tem como fiscalizar se uma camiseta foi financiada ou não, tem que ser
117 honesto porque há mecanismos que burlam isso; que fica claro assim: se permitir o uso de
118 camiseta pode favorecer o que tem maior capacidade financeira ou não; que a intenção é
119 diminuir a desigualdade no uso de recursos, para que um candidato não se sobreponha ao outro
120 e o processo seja o mais equânime, o mais justo possível. O presidente Marcelo Bender passou
121 ao encaminhamento e trouxe os elementos mais comuns em campanhas: broche, *botton*,
122 adesivo e camiseta. O auditor Henrique Maia, enquanto Auditor Geral, disse que o artigo 34
123 proíbe a distribuição de camisetas; que uma questão é se um candidato tem maior poder
124 aquisitivo de outro; concorda com adesivo e *botton*, mas não fomentar o uso de bonés,
125 camisetas, chaveirinhos, até por serem permanentes. O presidente Marcelo Bender colocou
126 para avaliação do Conselho o uso de broche, *botton*, adesivo e camiseta, para ver se os
127 conselheiros concordam que isso seja veiculado; que o candidato possa distribuir. A conselheira
128 Marilice Chapper sugeriu que a apreciação seja feita em separado. O presidente Marcelo Bender
129 consultou os conselheiros sobre aprovarem ou não que os candidatos possam fazer distribuição
130 de adesivos, broches e *bottons*. Por contraste, foi aprovada a permissão para distribuir os
131 materiais acima mencionados. A seguir, consultou sobre a distribuição de camisetas com nome
132 ou propostas pelos candidatos; que foi aprovada pelos conselheiros. Consultou sobre a
133 distribuição de bonés, chaveiros, réguas, canetas, não aceita pelo Conselho. O presidente
134 lembrou que folder não é brinde, é uma proposta de campanha; a seguir, consultou sobre a
135 permissão para que os candidatos utilizem material gráfico, aprovada. Disse que precisa ser feita
136 uma redação no artigo 34 que contemple material gráfico impresso, *botton*, adesivo. O
137 conselheiro Diego Lima manifestou-se sobre rumores de que algumas pessoas querem se
138 desligar da COE local para fazer campanha e perguntou se essa situação já foi tratada pela COE

8
R

Out
ey

h
R

pk

m
B

~~XXXX~~

CRX
M

SP

MF

Y

Jo

MF

W

SP
h

Y
D

Jo

A

R

MPO

8

A

139 central e se isso é permitido depois de passados 60 dias do processo eleitoral. O presidente
140 Marcelo Bender perguntou se a COE tem definição sobre o assunto; disse não saber se essa é
141 uma cláusula pétrea. A conselheira Flávia Costa lembrou que os nomes da COE foram
142 homologados pelo Conselho e entende que para sair deveria também passar pelo Conselho. Se
143 o Conselho não aprovar e ela estiver fazendo campanha está descumprindo o regulamento. O
144 conselheiro Osni Rodrigues disse que não vê problema em pedir desligamento para fazer
145 campanha, que o problema está em fazer campanha sem se desligar. O conselheiro Milton
146 Almeida entende que o direito de ir e vir é livre de cada um e se alguém quiser se desligar neste
147 momento não vê nenhum impedimento em alguém se desligar da COE agora; que a questão que
148 o Diego levanta é mais ampla, é alguém se desligar da COE para fazer campanha; pessoa que
149 está até o presente momento vinculado à COE pedir liberação para aderir a uma candidatura,
150 essa é a questão. O conselheiro Pablo Mendes perguntou que vantagem alguém teria sobre
151 outro e não vê problema nenhum se ele pedir licença para fazer campanha, mas precisa ser
152 liberado pelo Conselho. O representante Alexandre concordou com o conselheiro Osni
153 Rodrigues e explicou que a única coisa que consta no regulamento é que nenhum membro da
154 COE pode se candidatar; que sair e fazer campanha, por mais estranho que isso possa se
155 configurar, é para isso que existe o suplente, não só para momentos em que a pessoa não pode
156 vir; que qualquer membro pode ser liberado, mas a situação deverá ser formalizada e liberada
157 pelo Conselho Superior, é o entendimento da COE. A conselheira Claire Santos disse que a saída
158 de um membro da COE local acaba por gerar problema para a COE central, principalmente se
159 for de câmpus pequenos. O presidente Marcelo Bender disse que as pessoas são livres na
160 perspectiva do trabalho e estamos tentando nos organizar para dar continuidade aos processos
161 de gestão que arduamente a gente conquistou; seria fácil ter um outro regime e as escolhas dos
162 novos gestores seria feita sem a nossa participação; isso foi um avanço; é claro que quanto mais
163 avançamos, quanto mais queremos participar dos momentos de decisão, mais energia temos
164 que colocar e responsabilidade; que mesmo o colega não sendo obrigado, pode, como
165 presidente do Conselho, fazer uma portaria *ad referendum*, que pode até ser questionada pelo
166 colegas no futuro; que é preciso entender que se algum membro da COE quer se desvincular
167 depois do processo iniciado, que deve ter mais de seis meses ele ainda quer e não por problema
168 de saúde, se quer por estar na perspectiva de pactuação com algum candidato, na perspectiva
169 de fazer a campanha para um candidato, isso poderia ser muito prejudicial; temos um processo
170 para fazer a escolha e agora para construir a democracia e manter precisamos de energia nossa;
171 temos que algumas vezes nos dispor a fazer um outro trabalho. Entende que a pessoa se colocou
172 há meses atrás à disposição para o trabalho noutra instância do trabalho democrático e não
173 deve voltar atrás. O representante da COE disse que a preocupação vai desde os fatos colocados
174 pelos colegas até pelo fato de que ela estava ajudando a construir o regulamento e se quer se
175 afastar para fazer campanha, entendemos que ela não estava trabalhando de forma isenta.
176 Todos têm direito de ir e vir, mas seria importante que todas as pessoas que trabalharam até
177 agora ficassem até o final do processo. O representante Jéferson Silva menciona a resolução 117
178 da CCS COE no artigo 34, parágrafo único, sobre instruções finais consta que em caso de não
179 completar o quantitativo, os conselheiros do próprio câmpus indicarão nomes para completar a
180 COE; disse achar que isso resolveria o problema. O representante do CaVG citou que este
181 problema ocorreu no câmpus, onde um aluno foi eleito, mas se desligou. O representante da
182 COE, Alexandre, foi questionado sobre o constrangimento a que a COE já está sujeita se já há
183 duas pessoas que dizendo que têm candidato, como a COE vai ficar com essas duas pessoas;
184 pois fica passível de ser questionado se aquelas pessoas não estão favorecendo o candidato para
185 o qual ela já anunciou que quer fazer campanha; ela vai trabalhar de mau gosto, a COE não se
186 sentirá à vontade para discutir questões estratégicas de sigilo porque a pessoa tem uma

187 manifestação pública de fazer campanha, e mantê-los coloca o processo em jogo; entende que
188 o contrário também coloca o processo em jogo, mas, pelo menos, essas pessoas se afastam; se
189 o CONSUP vai proibir, tudo bem, mas como a COE vai fiscalizar essas pessoas para garantir que
190 não vão estar fazendo campanha? É impossível, até pode ter uma denúncia; este processo é
191 gigantesco e é impossível para a COE central abarcar tudo o que pode vir; que para preservar
192 tudo o que este Conselho, a COE central e as COES locais defendem, que é garantir o princípio
193 da isonomia, se a pessoa já anunciou, ela não está apta a compor nem COE local nem COE
194 central; temos que pensar em proteger as COEs. O presidente Marcelo Bender disse que esta
195 questão está numa dimensão ética, moral, e apela aos colegas conselheiros e representantes da
196 COE, que têm responsabilidade dentro do processo, para que tentem passar para os colegas que
197 isso não é uma eleição para escolher prefeito, deputado, senador, quando as pessoas podem
198 fazer o que quiserem e depois não têm mais vínculo; que esta é uma eleição para escolher um
199 membro da nossa comunidade que estará durante quatro anos à frente de um processo de
200 gestão; então, existem pontos que depois de ultrapassados não voltam mais; que a gente ajude
201 os colegas que estão nos câmpus a dizer não, só um pouquinho, lembrando que as coisas não
202 podem ser assim, que vamos perder; entende que isso não foi uma proposta, mas um momento
203 de debate para alinharmos ideias e esclarecer mais como são alguns problemas que podem
204 acontecer e até porque não chegou nada oficialmente; se chegar vai ter que ser averiguado. O
205 conselheiro Pablo Mendes propôs que se vote se um membro COE pode ou não fazer campanha;
206 que votar se pode sair ou não, não resolve, pois se a pessoa quiser sair ela sai. O representante
207 Marcio disse ter participado da CCS COE para formar a COE e sabe da dificuldade dos câmpus
208 em formar esse grupo, inclusive os rapazes que pediram para sair, ele os encontrou no corredor
209 e os convidou; eles aceitaram sem ter a noção da responsabilidade; que mais tarde informaram
210 que queriam fazer campanha e queriam sair; que o regulamento foi construído em parte neste
211 Consup e que têm gestores que vão se candidatar e fazem parte da construção disso aqui, então
212 não é sigiloso, quem vai sair não vai usar isso para benefício próprio ou para a campanha que
213 querem fazer, então se ele quiser sair não tem problema nenhum; se em algum momento
214 trabalhou na COE local ele ajudou uma vírgula e não sabe se vai ser responsável por isso. Se
215 saiu da COE, perde o vínculo e todos nós somos fiscais. O presidente Marcelo Bender
216 encaminhou a proposta do conselheiro Pablo Mendes, de criar uma cláusula dizendo que o
217 membro da COE que se afastar ou pedir para se afastar da comissão, o que lhe é facultado, fique
218 impedido de fazer campanha. Por contraste, a proposta foi derrotada. O conselheiro Pablo
219 Mendes falou sobre os pré-requisitos dos candidatos para a inscrição, sugerindo que seja
220 incluída cláusula deixando claro a impossibilidade de apresentação dos documentos não impede
221 a inscrição, porém que coloque uma data limite, anterior à do debate para a apresentação dos
222 mesmos, que não sendo cumprida, o candidato seja excluído do pleito. A conselheira Marlise
223 Vitcel sugeriu estipular o dia 7, dia da homologação dos candidatos. O presidente Marcelo
224 Bender disse que a entrega da documentação é um processo muito rápido para a PROGEF, até
225 24 horas do pedido, que o problema é chegar aos câmpus; que a documentação poderá ser
226 encaminhada digitalizada, não por malote, por ser demorado; que não vê problemas porque a
227 homologação é feita pela COE central, aqui, e a PROGEF é aqui. A conselheira Gisele
228 Schweickardt lembrou que o regulamento fala em atestado expedido pela pró-reitoria, então,
229 se abrimos para documento impresso do SIGEP ou crachá tem que constar no regulamento.
230 Disse que o Cristian pediu atestado há mais de uma semana e ainda não recebeu; tem que
231 alertar à PROGEF que esses atestados serão solicitados; que acha pouquíssimo tempo do edital
232 para publicar num dia e deixar só dois dias para inscrição; que se fosse candidata e não
233 conseguisse fazer a inscrição por um motivo desses iria recorrer. O presidente disse que poderia
234 pedir celeridade nesses documentos, para que nenhum dos processos tenha problemas; que o

235 prazo expira sexta feira, às 17h, então não dá para um candidato chegar neste dia na PROGEF,
236 às 16h, para pedir o documento. A conselheira Marilice Chapper sugeriu dois turnos na PROGEF,
237 o presidente disse que pode manter um plantão, mas que a emissão do documento não é
238 instantânea, então um candidato não deve buscar documento quinze minutos antes do final do
239 prazo para inscrições, a não ser que se crie uma regra para isso. O que poderia ser feito numa
240 situação dessas, protocolou o pedido na PROGEF, esta não pode atender em dez minutos, então
241 esta dá um atestado em nome da pessoa dizendo que o processo está em tramitação e tem
242 determinado tempo para entregar. O representante Alexandre Pereira disse que os dois dias são
243 de inscrição, de aquisição de documentos, isso a COE tem como fazer, mas se o candidato chegar
244 quinze minutos antes do prazo, a COE terá um problema para gerir; são dois dias para inscrição,
245 são dois dias que ele tem para entregar os documentos, não para pedi-los, o que deve ser feito
246 antes. O presidente Marcelo Bender lembrou que em inscrição para qualquer tipo de processo
247 é preciso ter os documentos originais em mão, solicitando-os com antecedência suficiente nos
248 órgãos expedidores. O presidente falou que a COE lembrou que há prazo de recurso, mas isso
249 não garante nada, se ele não tiver os documentos no dia e isso não seria um caso tão omissivo
250 assim; que em outras instâncias não conseguiria. A COE sugere que se coloque junto ao edital
251 atentar para o prazo da PROGEF, que deve ser definido. O conselheiro Pablo Mendes sugeriu
252 incluir no regulamento a informação que do dia do lançamento do edital até o dia das inscrições
253 não será vedada a inscrição, até que a PROGEF emita o certificado. O presidente colocou em
254 votação a proposta do conselheiro Pablo Mendes, nos termos: caso a pessoa que quiser se
255 inscrever não tenha o atestado de tempo de serviço e este documento estiver em tramitação na
256 PROGEF, e considerando que esta tem 24h para entregá-lo, o candidato poderá entrega-lo até
257 a segunda-feira seguinte ao encerramento da inscrição, desde que, na hora da inscrição
258 apresente o protocolo de encaminhamento à PROGEF, o que não foi aceito. A conselheira Flávia
259 Costa pediu correção na formatação ou adequação de termos ou encaminhamentos em alguns
260 artigos, realizados na hora. O presidente Marcelo Bender pediu que reforcem para os colegas
261 das COEs que aqueles que quiserem se descompatibilizar devem encaminhar memorando à
262 presidência do Conselho dizendo que não querem mais fazer parte da COE; quanto à
263 substituição, o regulamento da pré-COE fala em indicação para completar o número de
264 componentes; que não há nada registrado em relação à substituição de eleitos por desistência;
265 que pode ser feito da mesma forma, por não haver tempo de nova eleição, mas tem que ser
266 decidido agora pelo Conselho. O presidente colocou em votação a proposta de, no caso de
267 algum membro de COE pedir oficialmente desligamento da comissão, para sua reconstituição
268 será seguido o mesmo procedimento constante no artigo 34, parágrafo único da resolução 117
269 da pré-COE. Lembrou que as indicações, se houver, também devem ser feitas formalmente. A
270 proposta foi aprovada por unanimidade. A conselheira Marilice Chapper disse que há previsão
271 de 48h de antecedência para visitas de candidatos aos câmpus, acompanhados pela COE, e
272 perguntou se as pessoas que fazem campanha também têm que fazer este planejamento. Com
273 a chegada do pró-reitor Nilo Campos, o presidente expôs a necessidade de o candidato, para se
274 inscrever, apresentar o atestado de 5 anos de exercício e a comprovação da nomeação; lembrou
275 a exiguidade de tempo do processo e considerando-a questionou a possibilidade de a PROGEF
276 ter uma força tarefa para otimizar a emissão dos documentos. O pró-reitor Nilo Campos disse
277 não haver problema e que poderá deixar um servidor de plantão até às 19h da sexta-feira para
278 atender possíveis solicitações de última hora. O presidente disse que o Conselho havia cogitado
279 a possibilidade de, para atender algum candidato de última hora, a PROGEF fornecer o protocolo
280 da solicitação do documento para apresentar no ato da inscrição, dando tempo à pró-reitoria
281 de finalizar o documento até a segunda-feira, prazo final. O pró-reitor Nilo Campos respondeu
282 que se o Conselho assim decidir, também não há problema. O conselheiro Geraldo Barbosa

283 lembrou que a COE permite que o documento seja enviado por e-mail para agilizar. O presidente
284 Marcelo Bender ratificou que a homologação é feita aqui, não havendo necessidade de
285 encaminhar o documento para o câmpus de origem do candidato e depois reencaminhá-lo para
286 a COE, que está em Pelotas e pode recebê-lo digitalizado. O pró-reitor Nilo Campos disse que
287 fica até melhor encaminhar o documento diretamente para a COE. A conselheira Gisele
288 Schweickardt lembrou que o pedido também pode ser feito por e-mail, e existe um formulário
289 próprio para a solicitação desses documentos, pois não há tempo para enviar por malote. O pró-
290 reitor Nilo Cunha pediu que o interessado, além de encaminhar para o e-mail
291 progep@ifsul.edu.br, o envie simultaneamente para o e-mail nilo@ifsul.edu.br para dar mais
292 segurança à solicitação. Foi questionado se, em algum lugar do regulamento, esses documentos
293 devem ser apresentados em duas vias. O representante da COE disse constar no artigo 14 e
294 confirmou que xerox autenticada do original será considerado como segunda via do documento.
295 O representante da COE propôs incluir um parágrafo no artigo 34 para formalizar o
296 procedimento quanto à solicitação e emissão dos atestados. A redação proposta para o
297 parágrafo foi aprovada por unanimidade. Sobre a publicação do regulamento, a secretária
298 Marilvana Tavares explicou que, logo após a aprovação do regulamento será confeccionada
299 resolução do Conselho Superior e imediatamente publicada, juntamente com o regulamento,
300 pela Coordenadoria de Coordenação Social, no sítio do IFSul, no link eleições. A conselheira
301 Marilice Chapper falou sobre as 48h e o material de divulgação, se os não candidatos podem
302 fazê-la sem o agendamento temporal. O representante da COE leu o artigo 30 do regulamento,
303 que define a situação para o candidato, não estando prevista definição referente à campanha
304 feita por simpatizantes de candidatos. O presidente Marcelo Bender lembrou que em algum
305 lugar vai haver um espaço disponibilizado aos candidatos, onde as pessoas podem estar; o
306 candidato pode estar no corredor e conversar com algumas pessoas sobre eleições, inclusive
307 colocando propositiva da candidatura, mas, para entrar em salas de aula ou setores
308 administrativos precisa obedecer ao disposto no artigo 30 do regulamento. Lembrou que a
309 exceção pode acontecer e teria que ser tratada pelos casos omissos; que entende que passar no
310 pátio e conversar é perfeitamente natural, diferente do que ir conversar na educação física que
311 é feita no pátio. A seguir, considerando que o regulamento já foi discutido exaustivamente,
312 submeteu o documento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Agradeceu a
313 participação dos conselheiros e desejou que tenhamos um bom pleito, que leve em conta os
314 espaços democráticos que temos. Nada mais havendo a ser discutido, a reunião foi encerrada e
315 eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada
316 pelos presentes.

Bruna Azeiteiro Flávia K. Costa

Luiz Carlos

Marcelo Bender

Marilice Chapper

Marilvana Tavares

Nilo Campos

Ana Maria